

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EXERCÍCIO: 2012

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1º TRIMESTRE

Consoante o art. 4º, inciso IX da Lei Complementar n. 102/2008, c/c art. 76, § 4º da Constituição Mineira, este Relatório apresenta os dados de relevância decorrentes das atividades realizadas no 1º trimestre de 2012.

O Tribunal de Contas, atendendo aos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico 2010-2014, em especial o de alcançar maior efetividade, racionalizar a geração e reduzir o número de processos, está implementando um conjunto de medidas para o aprimoramento do controle externo.

No trimestre, foi instituída a nova sistemática no exame das Prestações de Contas Anuais, resultado dos estudos desenvolvidos pelo *Projeto Contas*, a partir do planejamento das ações com base em critérios de materialidade, relevância, oportunidade e risco. A adoção desses critérios permite a priorização das ações de fiscalização e direciona o foco de atuação do Tribunal, considerando o potencial de risco e o caráter dinâmico da gestão dos recursos públicos.

O *Projeto Auditar*, que fará o redesenho dos procedimentos de auditoria de conformidade, auditoria operacional ou financeira no âmbito do Tribunal de Contas e a sua adequação às normas e padrões internacionais, teve a sua primeira fase concluída, com a realização de auditorias-piloto para testar os novos procedimentos implementados.

O *Projeto Otimizar* concluiu a sua primeira fase, quando foram instituídos os procedimentos de racionalização da análise e da deliberação dos processos em tramitação. Esses procedimentos serão aplicados em todos os processos da área técnica, na segunda fase. O objetivo do projeto é dar celeridade a essa tramitação, com vistas à redução do passivo processual.

Está sendo estendido a todas as diretorias técnicas do Tribunal o *Projeto Benefícios do Controle*, que permite identificar, quantificar e registrar os benefícios trazidos pelas ações de fiscalização. No exercício de 2011, ao ser implementado, a título de experiência, em uma das diretorias da Casa, apurou-se o resultado total de R\$ 7.101.036,71.

Como resultado de Auditoria Operacional no Programa *Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos*, o Tribunal apresentou no XV *Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental*, trabalho desenvolvido no TCEMG versando sobre “*Avaliação do alcance da tarifa social na população de baixa renda em municípios de Minas Gerais.*”

O estudo técnico procurou avaliar se os critérios para enquadramento dos usuários nas regras da política de tarifa social da COPASA-MG asseguram que as famílias de baixa renda sejam beneficiadas. Utilizou-se metodologia de ponta, desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, num intercâmbio que tanto contribui para que o Tribunal alcance resultados nas questões fundamentais e complexas trabalhadas numa auditoria operacional, como para que a UFMG possa aprimorar seus modelos por meio de sua aplicação a casos concretos.

AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

No trimestre, foi regulamentado, na Casa, o *Termo de Ajustamento de Gestão-TAG* – instrumento de controle que permite a substituição do controle-sanção pelo controle consensual –, a ser celebrado entre o TCEMG e o responsável pelo órgão

jurisdicionado, visando a proposição de medidas para a regularização de atos e procedimentos dos Poderes, órgãos ou entidades submetidos ao controle externo. A assinatura de TAG suspende a aplicação de penalidades ou sanções, nos termos das condições e prazos neles previstos; por outro lado, é vedada sua proposição nos casos em que esteja configurado o desvio de recursos públicos e em processos com decisão definitiva irrecorrível.

Cumpriu-se, ainda, o prazo constitucional para emissão de parecer prévio do exercício de 2011, com o exame de 100% das prestações de contas das prefeituras municipais.

No período, realizaram-se auditorias relativas aos contratos de empréstimo celebrados entre o Estado de Minas Gerais e organismos internacionais, que envolveram, no total, recursos da ordem de 1,4 bilhões de dólares americanos.

No período, iniciou-se o planejamento da auditoria do *Projeto de Fortalecimento Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*, com o ajustamento do Termo de Referência, no Acordo de Doação n. 95718-BR, celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD.

Com relação aos contratos de empréstimo n. 2232/OC-BR, 2306/OC-BR e 2281/OC-BR, celebrados entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, o Tribunal realizou inspeções nos seguintes órgãos/entidades/municípios: Secretaria de Estado da Fazenda-SEF Varginha, SEF São Lourenço, SEF Pouso Alegre, SEF Poços de Caldas, SEF Guaxupé e SEF Passos, SEF Divinópolis; Departamento de Estradas de Rodagem-DER Ponte Nova e DER Barbacena. Especificamente quanto ao Contrato 2281/OC-BR, também foi inspecionado o Trecho Rodoviário Mata Verde, no entroncamento de Almenara, localizado entre os municípios de Pedra Azul e Almenara.

Foi também realizada auditoria na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais-CODEMIG, para verificação da receita da entidade, período 2009-2010.

Ocorreram, ainda, inspeções extraordinárias no DER, para exame da conformidade e legalidade das contratações de serviços terceirizados; na Fundação Estadual do Meio Ambiente-FEAM, para apuração dos procedimentos de concessão de licença ambiental e na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais-FHEMIG, para verificação de licitação - modalidade pregão, n. 013/2007.

No âmbito do Termo de Cooperação Técnica entre o TCEMG e o Ministério Público – que tem por objeto facilitar e agilizar o fornecimento de documentos, dados e informações, com a finalidade de dotar de maior consistência e qualidade a apreciação da legalidade dos atos da Administração – realizou-se auditoria na Prefeitura de Pirapora, Fundação Dr. Moisés Magalhães e Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto-SAEE.

No trimestre, com o objetivo de conferir o andamento das obras da COPA 2014, foi realizada visita técnica no Estádio Raimundo Sampaio – o *Independência* – cuja reinauguração está prevista para o próximo trimestre. Merece ressaltar que, a partir de inspeções *in loco*, este Tribunal, após detectar problemas, propôs ajustes em Editais de Licitação, ação que resultou numa economia de R\$ 7.325 milhões aos cofres públicos. Além de fiscalizar o andamento das obras, a equipe examinou as condições de visibilidade do campo após a instalação do guarda-corpo exigido pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

No exercício, foram autuados 9.407 processos, referentes à matéria de controle externo. No mesmo período, foram deliberados 2.114 processos. Foram, ainda, examinados pelas Diretorias Técnicas 1.155 processos. O montante das multas aplicadas no trimestre foi de R\$ 61.550,00 e a determinação de ressarcimento ao erário foi de 220.884,26. Quanto a notificações de multas e ressarcimentos anteriores, foi recebido o montante de R\$ 299.451,84.

Contas de Governo

No trimestre, firmaram-se parcerias com a *Fundação Dom Cabral* e com a *Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais-IPEAD*, com o objetivo de aprimorar a análise de indicadores das áreas de resultado do Estado e avaliar o comportamento das receitas tributárias, a partir da conjuntura econômica, adotando modelos econométricos, para elaborar cenários de longo prazo com trajetórias para os principais indicadores de economia e de arrecadação.

No trimestre, iniciou-se a elaboração do relatório técnico que subsidiará a emissão do parecer prévio das Contas do Governo do Estado, exercício 2011.

Força-Tarefa

O Tribunal de Contas instituiu força-tarefa para orientar os municípios mineiros afetados pela chuva. Uma equipe de 10 técnicos das áreas de execução financeira, licitações e engenharia esteve em contato direto com os municípios, acompanhando as solicitações de aporte de recursos para os municípios afetados, com o objetivo de evitar irregularidades técnicas ou jurídicas nos contratos para os trabalhos de reconstrução.

O Tribunal de Contas lançou também o hot-site *Municípios em Situação de Emergência*, canal exclusivo de orientação às cidades mineiras atingidas pelas chuvas, onde, além de um roteiro prático, disponibilizou relação de decisões e jurisprudência sobre o tema.

Exame Prévio de Licitações

Em uma ação de caráter preventivo deste Tribunal, verificou-se a economia de mais de R\$ 70 milhões aos cofres do município de Belo Horizonte. No período, foi finalizado o exame prévio do processo licitatório de construção do novo terminal

rodoviário de Belo Horizonte. Este Tribunal acompanhou o projeto por, aproximadamente, 1 ano, e, buscando garantir um projeto viável economicamente e juridicamente sustentável, pontuou as modificações necessárias ao seu aperfeiçoamento.

O Tribunal de Contas suspendeu, no período, 99 editais de licitação, cuja ação evitou contratações irregulares, envolvendo recursos da ordem de, aproximadamente, R\$ 114 milhões. Foram suspensos, ainda, 5 editais de concurso público.

SICOM

Ferramenta importante para o exercício do controle externo, o *Sistema Informatizados de Contas Municipais-Sicom* é composto de quatro módulos, dois dos quais já disponibilizados aos jurisdicionados: *Instrumentos de Planejamento e Acompanhamento Mensal*. Esse sistema abrange a remessa, ao Tribunal de Contas, pelos jurisdicionados, das informações necessárias à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial, da gestão fiscal, da folha de pagamento e da prestação de contas anual dos municípios mineiros.

No trimestre, foi finalizado o cadastramento dos 853 municípios mineiros, dos quais 98,82% estão com os respectivos órgãos aptos para efetivar remessas de informações. Até o momento, 825 prefeituras obtiveram sucesso no envio das informações atinentes ao módulo *Instrumentos de Planejamento*, o que representa 96,71% dos municípios mineiros.

A previsão é de que o sistema possa receber todas as contas anuais dos municípios mineiros a partir de 2013.

Destaca-se, ainda, a participação de representantes da Associação Mineira de Municípios-AMM e jurisdicionados em evento realizado pelo Tribunal para

esclarecer dúvidas sobre o *SICOM*, bem como colher sugestões para os próximos módulos a serem implementados.

Decisões Normativas

DN-001/12

Regulamenta o instituto da prescrição, em conformidade com as determinações estabelecidas pela Lei Complementar n. 120/2011. Essa decisão estabelece um cronograma para a instalação do referido instituto e vai ao encontro do modelo de controle que o Tribunal de Contas vem adotando, nos últimos anos, com foco nas ações preventivas e concomitantes. Vale ressaltar que as disposições contidas nessa decisão não se aplicam aos processos em que forem verificados indícios de dano ao erário.

No seu art. 1º, a decisão delega ao Presidente desta Casa a competência para decidir, monocraticamente, nos processos em que seja verificada a ocorrência da prescrição. O período de 5 anos foi o prazo determinado para a instauração da prescrição, que será contado da data da ocorrência do fato até a incidência do primeiro marco interruptivo da prescrição.

DN-002/12

Dispõe "sobre o arquivamento dos autos de processos devolvidos ao Tribunal de Contas pelas Promotorias de Justiça, em cumprimento ao Aviso-Circular n. 03/2002 da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

DN-003/12

Altera os artigos 1º e 4º da Decisão Normativa n. 01, de 08/02/2012, que regulamenta o artigo 110-A da Lei Complementar Estadual n. 102/2008, com a redação conferida pela Lei Complementar Estadual n. 120/2011, que dispõe sobre o instituto da prescrição em processos em tramitação neste Tribunal.

DN-004/12

Fixa, para o exercício de 2012, o valor de R\$ 15.000,00 para que a tomada de contas especial seja encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para fins de julgamento.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No trimestre, o Tribunal de Contas deu início à adoção da certificação digital, mecanismo que garante a segurança dos dados enviados e recebidos por meio eletrônico. Economia e agilidade são as principais razões para a sua implementação. O Tribunal de Contas lançou uma página especial em seu Portal, , onde o jurisdicionado vai encontrar informações sobre como obter a certificação digital. A partir de 1º de junho de 2012, o *Sistema Informatizado de Fiscalização de Atos de Pessoal-FISCAP* só vai aceitar documentos que estiverem assinados de forma digital.

CAPACITAÇÃO

Transparência e Controle Social

A Controladoria-Geral da União, com a participação da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, realizou, no último dia 29 de fevereiro, em Belo Horizonte, a etapa estadual da *1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social-CONSOCIAL*. Esse movimento tem como objetivo principal promover a transparência pública e estimular a participação da sociedade no acompanhamento da gestão pública.

Nessa Etapa Estadual da *1ª Consocial*, foi discutida pelo Tribunal a *Transparência e Prevenção à Corrupção*.

Além da etapa estadual, já foram realizadas, em Minas Gerais, conferências regionais e municipais em 319 municípios mineiros, que geraram 1.200 propostas,

sistematizadas e resumidas em um conjunto de 20, que serão enviadas para a etapa nacional a ser realizada em Brasília, em maio próximo.

Orientação ao Jurisdicionado

Os municípios de Poços de Caldas e Lavras sediaram encontros técnicos em mais uma etapa do programa *O TCEMG e os Jurisdicionados*. Nesta edição, o tema central foi *A Responsabilidade Fiscal da Administração Pública em Ano Eleitoral*.

Esses encontros buscam dar suporte aos gestores municipais no que se refere às medidas a serem tomadas no último ano de seus mandatos, como forma de garantir uma boa gestão pública, bem como oferecer capacitação no *Sistema Informatizado de Contas Municipais-SICOM*, com o esclarecimento das principais dúvidas relacionadas aos dois módulos que já se encontram em operação: *Instrumentos de Planejamento e Acompanhamento Mensal*. No trimestre, esses eventos capacitaram 465 jurisdicionados.

Durante os eventos os participantes recebem a *Coletânea de Entendimentos do TCEMG: Pareceres em Consultas*, publicação composta por excertos extraídos de pareceres em Consultas, emitidos pelo Tribunal de Contas no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2011 acerca das questões tratadas no evento. Nos próximos meses haverá também encontros nas regiões Sul, Campo das Vertentes, Triângulo, Zona da Mata, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Central.

Outro evento realizado no trimestre foi a palestra *A Nova Sistemática de Contas Anuais de Gestão e de Governo instituída pela TCEMG*, oportunidade em que esta Casa apresentou aos gestores públicos estaduais, em especial contadores e responsáveis pelo controle interno de cada órgão, os novos procedimentos adotados pelo Tribunal para as prestações de contas anuais de gestão e de governo. O evento contou com a participação de 190 jurisdicionados e a iniciativa desta Casa foi destaque no *Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil*.

Capacitação de Servidor

No trimestre, 101 servidores participaram do curso *Licitações e Contratos de acordo com o Tribunal de Contas da União e os Tribunais Superiores*. Entre os temas abordados, destacam-se julgamento do pregão, retenção de pagamento, sistema de registro de preços, prorrogação do prazo de vigência e do prazo de execução e atuação e, ainda, responsabilidade dos agentes administrativos nas contratações públicas – assuntos tratados de forma a estimular reflexões críticas.

Foi realizado, no período, o curso *Técnicas de Oratória e Apresentação em Público*, com a utilização de procedimentos e técnicas capazes de aprimorar habilidades de oratória essenciais no âmbito profissional. Esse curso capacitou 28 servidores, comprometidos, a partir de então, com o atendimento da demanda da Casa por novos instrutores e professores.

Está em andamento o *Curso de Direito Básico Processual com ênfase no Regimento Interno do TCEMG*, que conta com a participação de 92 servidores. O curso busca desenvolver o raciocínio jurídico, a partir de noções sobre princípios gerais processuais, bem como fornecer um aprendizado mais detalhado e efetivo das regras procedimentais do regimento do TCEMG, com ênfase na questão relativa ao trânsito em julgado.

Servidores da Comissão de Auditoria Operacional deste Tribunal ministraram o *Curso de Auditoria Operacional* a 82 participantes, aos quais foram apresentados os conceitos gerais desse tipo de auditoria, envolvendo as fases de levantamento, planejamento e execução de relatório. Foram trabalhadas, ainda, as técnicas de diagnóstico, as matrizes de planejamento e de achados e os principais instrumentos de coleta de dados.

Tiveram início, no trimestre, palestras com o tema *Orientação Técnica para o Exame dos Processos de Recursos com Ênfase na Resolução 12/08 TCEMG*, que fazem parte do projeto *Alinhando Competências*, que tem por finalidade o aprimoramento dos relatórios e análises emitidos pelo órgão técnico.

Cerca de 280 servidores participaram da palestra *Importância da Gestão do Desempenho e seus Desafios*, ministrada pela Subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Foram capacitados, no trimestre, 129 gestores da Casa, ação que faz parte do *Programa de Formação e Desenvolvimento dos Gestores do TCEMG*. A partir do mapeamento de perfil definido com base em diagnóstico realizado, no exercício passado, pela técnica *Avaliação de Potencial e Perfil-APP*, identificaram-se as competências gerenciais que ainda devem ser desenvolvidas.

No período, da Fundação de Apoio à Tecnologia ministrou para os servidores do Tribunal o curso *Cálculo de Custo e Tarifa de Transporte Coletivo*.

Por fim, com o objetivo de receber treinamento em recebimento e estocagem de produtos, 13 servidores visitaram a Petrobrás/Refinaria Gabriel Passos.

Listam-se, abaixo, os eventos externos que tiveram a participação de servidores:

Curso Básico de Inteligência, realizado na Escola de Inteligência-ESINT / Brasília;

Seminário Nacional *Contratos Administrativos* / São Paulo;

Curso *Retenções de Tributos Federais* / Belo Horizonte;

7º Congresso Brasileiro de Pregoeiros / Foz do Iguaçu;

Curso *Capacitação de Pregoeiro* / Belo Horizonte;

Curso *Orçamento de Obras Cíveis* / Belo Horizonte;

Curso *Jurisprudência e Prática sobre Responsabilização de Agentes perante os Tribunais de Contas* / Brasília.

Fórum Brasileiro de *Contratações Públicas e Infraestrutura* / Brasília;

Curso *Help Desk Day* – Melhoria da Qualidade do Suporte Técnico.

DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal de Contas deu início, no trimestre, à sua primeira campanha institucional, com o tema *Fiscalizamos Minas para você*. As primeiras medidas de divulgação constam da afixação de *outdoor* e cartazes em pontos distintos da cidade, bem como de *spot* institucional veiculado na Rádio Inconfidência, gratuitamente, conforme Termo de Cooperação Técnica, cujo objetivo é sensibilizar o cidadão para a sua participação no controle.

O *Projeto Conhecer*, programa de visitação ao Tribunal de Contas aberto a estudantes, criou, no trimestre, uma identidade visual seguida do lançamento de uma cartilha a ser distribuída aos visitantes, com informações sobre as atividades típicas de fiscalização exercidas pelo TCEMG. O projeto recebeu, no trimestre, 23 alunos do curso de *Ciências Contábeis* da Faculdade de Nova Serrana, aos quais, além da cartilha e vídeo institucional, foi apresentada palestra sobre o funcionamento da Casa.

O Tribunal de Contas promove, sistematicamente, a divulgação de suas funções, competências e atividades desenvolvidas, por meio do seu Portal e de seus veículos de comunicação:

Revista do Tribunal: disponível no endereço eletrônico www.tce.mg.gov.br, link *Revista*, constitui, por excelência, veículo de orientação aos jurisdicionados. Destaque, no período, para a edição da *Coletânea de Entendimentos do TCEMG: Pareceres em Consultas*, para ser distribuída aos participantes do Programa *TCEMG e os Municípios*.

Informativo de Jurisprudência: instrumento de divulgação das ações desenvolvidas pelo Tribunal, disponibilizado, quinzenalmente, no endereço www.tce.mg.gov.br, link *Informativo de Jurisprudência*, que conta com cerca de 3.500 cidadãos cadastrados. A sua versão impressa integra o Jornal *Contas de Minas*.

Jornal Contas de Minas: traz artigos, orientações, matérias técnicas, notícias de eventos e fatos relevantes, bem como a divulgação do *Informativo de Jurisprudência* e o *Diário Oficial Eletrônico*, na parte que se refere às decisões do Pleno e das Câmaras do Tribunal.

Twitter – www.twitter.com/tcemg: o Tribunal de Contas deu início à sua participação na rede social *twitter*, onde notícias com até 140 caracteres podem ser postadas. No período, o Tribunal contabilizou 359 seguidores.

Home page www.tce.mg.gov.br: o Portal do Tribunal de Contas disponibiliza, sob a forma de serviços, os mais diversos sistemas. Foram registrados, no exercício, 185.102 visitas por acesso, tendo sido a mais visitada a página *Pesquisa de Processos*, com 31.228 acessos. A seção mais visitada, *Normas e Jurisprudência*, teve 22.553 acessos. O número de páginas visualizadas, no período, foi de 484.561.

Biblioteca Conselheiro Aloyzio Alves da Costa: atende a demanda de informação de servidores e jurisdicionados. No trimestre, foram realizados 2.555 atendimentos ao público interno e externo. Contabilizaram-se 9.941 acessos *on-line* aos arquivos disponibilizados na intranet, 40.963 aos do Portal e 17.159 acessos internos e externos à base de *Consultas Respondidas pelo TCEMG*, bem como 3.398 acessos à base de legislação municipal *TC LEGIS*.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos orçamentários aprovados para o Tribunal de Contas, exercício de 2012, foram fixados em R\$ 393.391.247,00 (trezentos e noventa e três milhões, trezentos e noventa e um mil, duzentos e quarenta e sete reais), em conformidade com as diretrizes, os objetivos e as prioridades estabelecidas no Plano Plurianual de ação Governamental – PPAG e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, observadas as normas da Lei Federal n. 4.320, de 17/03/1964 e da Lei Complementar Federal n. 101, de 04/05/2000.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do orçamento do Tribunal e sua execução por grupo de despesa até o 1º trimestre de 2012:

Discriminação	Crédito Autorizado	Despesa Empenhada até março/12	%
Pessoal e Encargos Sociais	346.183.126,00	73.167.748,53	21,14
Outras Despesas Correntes	44.933.121,00	9.846.483,58	21,91
Investimentos	2.275.000,00	486.577,52	21,39
Total	393.391.247,00	83.500.809,63	21,23

O presente Relatório, além de cumprir uma obrigação de natureza constitucional, promove a transparência da gestão, ao demonstrar, de forma objetiva, os resultados do controle externo exercido por este Tribunal.